

SEMIÓTICA PEIRCIANA E A QUESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

PERCIAN SEMIOTICS AND THE INFORMATION AND KNOWLEDGE QUESTION

Silvana Drumond Monteiro
Doutora em Comunicação e Semiótica.
Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Informação
Universidade Estadual de Londrina
E-mail: drumond@sercomtel.com.br

Comente este artigo no blog Ebibli = <http://encontros-bibli-blog.blogspot.com/>

Resumo

Traz a teoria do signo no contexto da Semiótica peirciana. Após algumas discussões apresenta a diferença entre informação e conhecimento, tanto do ponto de vista da linguagem, como do sujeito cognoscente. Percebe-se, na literatura da área, uma incompletude na abordagem desses conceitos pelo desconhecimento de pressupostos teóricos da linguagem. A informação e o conhecimento, entendidos como manifestação lingüística, estão sujeitos a certos atributos que os caracterizam e os organizam, do ponto de vista da linguagem, ora em um, ora em outro. Conclui-se que o fenômeno do conhecimento na sociedade das mídias está organizado em discursos e materializados nas formas simbólicas, não sendo incorreto, portanto, falar em "organização do conhecimento".

Palavras-chave: Semiótica. Peirce. Informação. Conhecimento Filosofia.

1 INTRODUÇÃO

Linguagem, comunicação e mídia são partes imprescindíveis à compreensão da história do homem e sua evolução material e cognitiva. Peirce (apud SANTAELLA, 1996) já dizia que a única coisa que se encontra em expansão é a mente humana. Dessa forma tudo coexiste, já está aí no mundo, muitas vezes os fenômenos não estão explícitos porque nossa mente ainda não consegue enxergá-los ou explicá-los. Queremos dizer que para entender a semiótica peirciana requer uma expansão de nossa compreensão para tudo o que já foi escrito sobre linguagem.

Explicamo-nos, a teoria peirciana não se presta a contextos de cunho hermenêuticos como a Lingüística, a Semiologia e outras semióticas estruturalistas, como a greimasciana. A maneira de utilizá-la reside em proceder classificações de eventos, signos e linguagens de acordo com atributos pré-fixados e segundo a Lógica fundamentada na fenomenologia de Peirce, como o faz Santaella (1999; 2001) na classificações das linguagens puras e híbridas.

Talvez, em função disso, a síntese entre a Biblioteconomia e a Semiótica parece ser difícil, a não ser tendo em mente analisar os eventos, muitas vezes sígnicos, a partir das

categorias formuladas por Peirce e também no poder de representação desses signos.¹

Utilizar-se das referidas categorias filosóficas pode ajudar-nos a compreender os objetos sógnicos, como a representação do conhecimento, linguagens, mídias, discursos, mas não fornecem categorias à organização do conhecimento, até o momento, ao contrário das operações mentais de Aristóteles (idéia, razão e juízo) ou as faculdades mentais de Bacon (memória, razão e imaginação)² pois a Semiótica peirceana fornece, “[...] as categorias para a análise da cognição já realizada.” (BUCZINSKA-GAREWICZ apud SANTAELLA, 1992, p. 53). Em outras palavras, o poder de representação dos signos em seus contextos de estudo.

Dessa maneira, pretendemos discutir as categorias de pensamento de uma maneira geral, e depois a partir da classificação do signo, estender esses conceitos à informação e ao conhecimento.

2 AS CATEGORIAS DO PENSAMENTO E A SEMIÓTICA PEIRCIANA

Em nosso tempo é de extrema evidência que o homem é linguagem, sendo que agora conhece muitas linguagens não-verbais, bem como a linguagem das formas.

Para conhecimento das linguagens, como foi mencionado, é necessário um instrumental muito rico, pois as mesmas estão sempre associadas a eventos fenomenológicos, quer seja com a percepção (ou resultado desta), com a cognição, ou ainda com os meios tecnológicos.

As categorias de pensamento na Filosofia têm papel de fundamental importância, pois são ontologias acerca do homem e o pensar o mundo. Assim, as operações mentais em Aristóteles são: idéia (conceito), juízo e razão, isso quer dizer que o homem concebe, julga e raciocina o mundo por meio da linguagem.

O resultado de tal formulação é conhecido para nós, a Lógica formal registrada no *Organon*, e para a C.I.(Ciência da Informação), o método hierárquico de organização do conhecimento que estabeleceu a “sintaxe” correta não só à gramática, mas também à

¹ Como o conhecimento e sua organização estão ligados à cultura verbalista que a Lingüística se presta muito bem, talvez a Semiótica peirciana não tenha, até o momento, oferecido métodos de organização do conhecimento. Entretanto, devido à emergência das mídias digitais, das obras simbólicas virtuais, dos signos híbridos e das múltiplas semióticas, talvez seja necessário repensar a legitimidade da Lingüística como referencial teórico às pesquisas da área de Ciência da Informação sobre o ciberespaço e a importância da Semiótica nesse novo contexto para construir e explicar os novos objetos que ora se apresentam.

² A classificação de Bacon forneceu, à época, categorias de organização do conhecimento, alocando a História na categoria memória, a Filosofia na razão e a poesia na imaginação.

indexação, quer seja, do geral (gênero) para o específico (espécie), que presume quanto menor a extensão, maior a compreensão de um conceito.

Nesse sentido, é possível deduzir da Lógica a organização do conhecimento, sobretudo das modalidades significativas de Aristóteles, quer sejam, os predicáveis e as categorias que originaram as estruturas organizativas do mundo real, segundo a analogia da árvore, que serviu de modelo de sistema de organização do conhecimento, a partir da Idade Média.

No entanto, Peirce considerava, com toda razão, essas modalidades muito mais lingüísticas que filosóficas, e resolveu, no estudo da Lógica e na fenomenologia buscar outra explicação para o pensamento ou à semiose.

Percebe-se que só uma teoria com firmes bases filosóficas consegue explicar os processos semióticos, porque são a *priori* fenomenológicos, no universo das experiências humanas, pois:

A fenomenologia ou doutrina das categorias tem por função desenredar a emaranhada meada daquilo que, em qualquer sentido, aparece, ou seja, fazer a análise de todas as experiências é a primeira tarefa a que a Filosofia tem de se submeter. (PEIRCE apud SANTAELLA, 1983, p. 33).

Peirce analisando as experiências (vividas) encontrou três elementos que denominou de categorias do conhecimento, que são os modos como os fenômenos se apresentam à consciência. São categorias (ou operações) lógicas aplicadas ao campo das manifestações psicológicas, “[...] mas não se entenda essas categorias como entidades mentais, mas como modos de operação do pensamento-signo que se processam na mente.” (SANTAELLA, 1983, p.42).

O processo semiótico tem um primeiro momento, um segundo e um terceiro. Anteriormente designadas 1)Semelhança, 2)Relação e 3) Representação, posteriormente como 1)Qualidade, 2) Reação, 3) Mediação, as categorias foram por fim fixadas com outros termos para não haver nenhuma associação com os já utilizados nos estudos da linguagem , a saber:³

- 1) primeiridade;
- 2) secundidade;
- 3) terceiridade.

³ Os filósofos criam novos conceitos, porque cabe justamente à Filosofia criar conceitos, e à ciência buscar a função desses conceitos, o plano de referência e a figura. "O conceito filosófico não se refere ao vivido, por compensação, mas consiste, por sua própria criação, em erigir um acontecimento que sobrevoe todo o vivido, bem como qualquer estado de coisas. "Cada conceito corta o acontecimento, o recorta a sua maneira." Nesse sentido, Deleuze e Guattari (1997, p.47) afirmam que os conceitos devem ser criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam.

A primeiridade tem relação com o sentimento, ou seja, a primeira apreensão das coisas, e ainda não se trata de sensação ou pensamento articulado, “[...] mas partes constituintes da sensação e do pensamento, ou de qualquer coisa que esteja imediatamente presente na consciência”, prossegue, “[...] sentimento é, pois um quase-signo do mundo: nossa primeira forma rudimentar, vaga, imprecisa e indeterminada de predicação das coisas.” (SANTAELLA, 1983, p.45-46).

Suas palavras-chave são: sentimento, acaso, indeterminado, vago, indefinido, oriência, novidade. Na semiose a primeiridade é uma mônada, isto é, não tem relação com nada totalmente determinado, é a pura possibilidade, o começo de um processo de semiose que poderá continuar ou não.

Assim, se o processo semiótico continuar a sensação é explicada pela reação, existência, dependente, relativo, aqui-agora, choque, determinado, polaridade e ação-reação, e são as características da secundidade, pois “[...] há um mundo real, reativo, um mundo sensual, independente do pensamento e, no entanto, pensável, que se caracteriza pela secundidade.” (SANTAELLA, 1983, p. 47). Nesse contexto, não se deve confundir sentimento com sensação, pois a sensação é composta de duas partes, a saber: o sentimento propriamente dito e a força desse sentimento agindo no sujeito.

O segundo tem relação com a existência, por isso que foi denominada, antes, de reação. Pois para Santaella (1983, p.47):

Certamente, onde quer que haja um fenômeno, há uma qualidade, isto é, sua primeiridade. Mas a qualidade é apenas uma parte do fenômeno, visto que, para existir, a qualidade tem de estar encarnada numa matéria. A factualidade do existir (secundidade) está nessa corporificação material.

Mas, como a teoria de Peirce é triádica, a secundidade necessita de outra ação, pois:

Assim como o mundo não se divide em coisas, de um lado, e signos, de outro, mas vive da mistura das coisas que, sem deixar de ser coisas, são também signos, e dos signos que só podem ser signos porque são também coisas, as ações, que movem o mundo, são de duas ordens irredutíveis, mas inseparáveis e superpostas: a ação diádica, embutida dentro da ação [triádica] do signo, ação inteligente ou semiose. Uma não pode ser concebida sem a outra. (SANTAELLA, 1992, p.77).

Completando as categorias, a terceiridade significa signo, continuidade, semiose, aprendizagem, cognição, tempo, mediação, lei, mente e se encontra no terreno da razão e da tríade, mas a razão, em Peirce, não pode ser confundida com consciência, mas:

Como um lago sem fundo no qual as idéias (partículas materiais da consciência) estão localizadas em diferentes profundidades e em permanente mobilidade. A razão (pensamento deliberado) é apenas a camada mais superficial da consciência. Aquela que está próxima da superfície. Sobre essa camada, porque superficial, é a ela que nossa autoconsciência está atada. Daí tendermos a confundir consciência

com razão. No entanto, se bem que a razão seja parte da consciência, ela não compõe, de longe, o todo da consciência. (SANTAELLA, 1983, p.41).

De acordo com as categorias, a razão é um terceiro momento da apreensão e compreensão de um fenômeno. A terceiridade, a mais percebida ou a mais inteligível para nós, já é a síntese intelectual ou o pensamento em signos, a medição entre nós e o mundo, é o terreno do pensamento.

Assim, em breves palavras, explicamos as palavras-chave dos três momentos cognitivos do homem, ou seja, a primeiridade se expressa pela qualidade de sentimento, a secundidade pela reação percebida pela sensação e a terceiridade pela mediação necessária da palavra para representar os conceitos ou idéias.

Como consequência, as categorias (fenomenológicas) elaboradas por Peirce fazem parte das classificações que o mesmo aplica nas ciências, em geral e na teoria dos signos, em especial, pois:

A tese central de Peirce é a de que ‘todo pensamento se dá em signos’, do que decorre que [...] a cognição é uma relação de três termos, isto é, triádica, uma relação entre um sujeito e um objeto inevitavelmente mediada pelo signo. (SANTAELLA, 1992, p.70).

Para a compreensão da classificação triádica dos signos, o signo pode ser dividido em três aspectos:

- 1) o signo 1º: sua relação com ele mesmo, ou seja, como ele aparece, que pode ser classificado em:
 - a) quali-signo;
 - b) sin-signo;
 - c) legi-signo.

- 2) o signo 2º e sua relação com o seu objeto, como o signo o representa:
 - a) ícone;
 - b) índice;
 - c) símbolo.

- 3) o signo 3º: sua relação com seu interpretante. O interpretante não é o sujeito receptor da mensagem, mas o interpretante do texto que se produz na mente do receptor, a saber:
 - a) rema;

- b) dicente;
- c) argumento.

Pode-se visualizar a classificação dos signos do Quadro 01:

Signo 1° em si mesmo	Signo 2° com seu objeto	Signo 3° com seu interpretante
1° quali-signo	ícone	rema
2° sin-signo	índice	dicente
3° legi-signo	símbolo	argumento

Quadro 01: Classificação dos signos. Fonte: SANTAELLA, Lúcia. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 62.

Na primeiridade, o signo 1° analisa as relações do signo consigo mesmo ou seja, como ele aparece, ou como ele nos aparece onde um quali-signo se apresenta como uma possibilidade, pura qualidade de sentimento, aparência. Já um sin-signo é um existente, a ocorrência de fatos singulares e o legi-signo se apresenta através de uma lei ou convenção geral.

No signo 2° a classificação seria em relação do signo com o seu objeto, isto é, como o signo o representa, onde: um ícone representa seus objetos por semelhança ou por isomorfismo, como as percepções visuais (pintura, desenho, diagramas, imagens mentais, metáfora) e auditivas; um índice mantém uma ligação de contigüidade ou causalidade com seus objetos, como no exemplo da nuvem negra indicando chuva, um nome próprio; pode ser também uma relação referencial, uma parte que designa o todo; já o símbolo representa seus objetos por mediação, ou seja, uma relação puramente convencional, como os signos lingüísticos.

Por fim, o signo 3° é a relação do signo com seu interpretante, que significa o momento da mediação do símbolo em seu interpretante, produzindo um rema, ou seja, uma palavra ou hipótese, um dicente ou proposição e a argumentação. Somente essa divisão aproxima-se das operações mentais de Aristóteles, mas com efeito, estamos no fenômeno lingüístico verbal propriamente dito.

O signo 3° só pode ser representado pelo legi-signo, quer dizer, por uma lei ou convenção e pelo símbolo através da mediação, uma vez que Peirce não utiliza o termo “representação” para esse caso específico.

A leitura do Quadro 01 se dá em todas as direções. Horizontalmente, um objeto

apresentado (porque na primeiridade as coisas se apresentam e não representam) como quali-signo-icônico-remático está na proeminência da primeiridade ou do ícone, o que para Santaella (1999) seria a 1ª classificação da linguagem sonora (observe-se que Santaella, em várias obras, utiliza-se da Semiótica peirciana para classificar as linguagens). Assim, a Semiótica peirciana serve de instrumento de análise para os eventos que envolvem os signos, a semiose e as linguagens.

A informação (verbal) apesar de situar-se na terceiridade, posto que é símbolo, possui **proeminência** relativa na secundidade, ou seja, ainda não argumento, pode ser tomada para uma ação, tomada de decisão, provocar uma reação que poderá levar ou não à construção de um conhecimento. A área da Ciência da Informação, no contexto da Semiótica peirciana, também atua na esfera do signo indicial, isto é, mantém uma conexão dinâmica, "um índice" com o conhecimento (e outras manifestações de linguagens) através dos processos e produtos da representação da informação, como os catálogos, bibliografias, bases de dados, entre outros.

Outro exemplo, algo que detenha o legi-signo-simbólico-argumentativo ocupa a terceiridade triádica, sendo o caso do discurso dissertativo argumentativo, que comporta a representação do conhecimento, sendo o conhecimento um exemplo de signo genuíno. Os argumentos, por sua vez, foram divididos em abdução, indução e dedução, enquanto formulação, por Peirce, das bases formais do raciocínio na Lógica.

O signo, tradicionalmente considerado como o resultado da unidade entre a coisa e a palavra, na Semiótica peirciana apresenta-nos uma novidade, ele jamais pode estar vinculado somente ao seu estatuto simbólico, pois:

[...] o mundo não consiste de duas espécies exclusivas de coisas, signos, de um lado, e não signos, de outro, também não há três tipos mutuamente exclusivos de signos: ícones, índices e símbolos. Estes são, antes, elementos ou aspectos de semiose que, de uma semiose a outra, variam grandemente, na importância ou **proeminência** relativa. Podemos, para simplificar, chamar um signo pelo nome de elemento ou aspecto que é mais preponderante nele, ou para o qual queremos chamar atenção, o que não implica que não haja os elementos ou aspectos dos outros dois tipos. (FISCH apud SANTAELLA, 1992, p.84, grifo nosso).

Nesse momento, a Semiótica peirciana nos pede um afastamento das teorias e do pensamento puramente verbalistas, pois “[...] para Peirce, não há nenhum método, nenhum raciocínio, nenhum pensamento, nenhuma linguagem que possa se processar apenas em signos simbólicos, ou seja, que não faça uso de outros tipos de signos além dos símbolos.” (SANTAELLA, 1992, p.23).

Como se pode ver, a relação triádica em Peirce perpassa a classificação dos signos,

pois algo que esteja na secundidade possui também a primeiridade (o inverso não é verdadeiro), e a terceiridade detém ambas.

Uma vez apresentada a classificação triádica dos signos, passaremos à discussão sobre conhecimento e a informação.

3 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

As modalidades de Peirce, em princípio, não têm uma síntese direta com a organização do conhecimento como entendida na área de C.I, no entanto, têm o potencial teórico muito rico para discutir a representação do conhecimento, sobretudo hoje, no ambientes das múltiplas linguagens.

Nesse contexto, analisando o poder de representação da informação e do conhecimento, iremos discutir esses conceitos que são, muitas vezes, tomados com um certo embaralhamento semântico e incompletude pelos autores da C.I.

Com efeito, não raro encontrar nos autores da área formulações do gênero: “o conhecimento só existe a partir da informação” (e não do próprio conhecimento) e “no e com o sujeito cognoscente” (ou ainda na semiose ou interpretante, pensando na teoria peirciana).

Incompletude porque não reconhecem, ou não consideram o lado da produção da linguagem, onde começa (ou termina) qualquer manifestação sígnica, analisam apenas a recepção, ou o leitor, e mesmo assim, há incongruências que iremos ilustrar mais à frente.

Primeiramente há a necessidade de discernir informação de conhecimento. Lingüisticamente, ambos -informação e conhecimento- estão codificados em signos por meio das linguagens. Ateremos, especificamente, na linguagem verbal escrita em suas várias manifestações, ou seja, em suas formas discursivas contidas nos livros, jornais, revistas, artigos etc. Estamos na terceiridade, posto que nesses eventos temos a palavra (o símbolo), entretanto com proeminência relativa no índice, no caso da informação.

A diferença entre os dois termos implica em dois aspectos que nos parecem importantes: **do ponto de vista da linguagem (produção)**, isto é, de seu poder de representação e dos objetos nela representados ou organizados (produção), e **do ponto de vista da semiose (recepção)**.

No primeiro aspecto, isto é, da linguagem, tem-se a seguinte situação: quando uma pessoa nos diz sobre o tempo ou sobre as horas, essa informação não alterou nosso conhecimento sobre o sol, sobre o tempo físico ou cronológico. Serviu, tão somente, para

indicar uma direção, uma informação, mas que em essência não muda o nosso conhecimento sobre o tempo (LÉVY, 1993).

Poderia também, a informação factual e/ou referencial indicar a direção para o conhecimento, como o exemplo de um catálogo de biblioteca, ou a referência de um livro, ou então o despertar de um interesse.

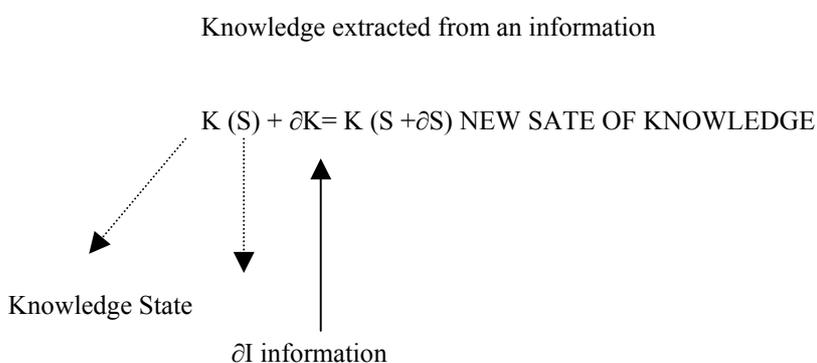
Assim, a representação da informação na C.I é indicial, porque mantém uma relação de contigüidade ou referencial com o conhecimento. Um sumário, um descritor, um catálogo, uma referência expressam essa relação, seja física ou referencial. O índice estabelece uma conexão dinâmica com o seu objeto representado, apenas uma representação de relação e de referência, por isso que a informação, lingüisticamente falando, não é conhecimento.

A *priori*, tal proposição (acerca do tempo) não altera o estado de conhecimento, mas a afirmação não significa que algumas informações não possam alterar o conhecimento dado e preexistente no sujeito. Seria então uma proposição de caráter informativo (do ponto de vista da linguagem), não mais factual ou referencial, e como tal é capaz de alterar o *corpus* de conhecimento de alguém, caso essa informação se processe em conhecimento no sujeito em uma semiose.

Mas para isso, tendo a informação como insumo (*in put*), o sujeito deveria ter os conceitos já incorporados em seu hábito, pois, de modo contrário não teria condições de continuar a semiose da secundidade para a terceiridade.

Quanto ao exemplo sobre o tempo, o próprio relógio é um índice do tempo, uma referência, que expressado, assim se conserva: apenas uma informação sobre o tempo e não o conhecimento sobre o tempo.

Para ilustrar as teorias que consideram apenas a informação como insumo do conhecimento, tem-se a equação formulada por Brookes (1990, p.10):



Onde, a passagem de um estado de conhecimento $K(S)$ para um novo estado de conhecimento $K(S + \partial S)$ se dá pela contribuição de um conhecimento ∂K extraído de uma informação ∂I , sendo que ∂S está indicando o efeito dessa modificação. Obviamente que ∂S também poderia ser modificado por um ∂K (**conhecimento**), do ponto de vista da linguagem, gerando a semiose equacionada, de um novo conhecimento. Queremos dizer que não somente uma informação pode ser a origem de um novo conhecimento, mas também o próprio conhecimento (*in put*) materializado nos discursos de representação do conhecimento.

Lévy (1996) aponta a diferença da informação e do conhecimento frente a dois processos ligados ao virtual. Desse modo, quando alguém utiliza uma informação, interpretando-a, ligando-a às outras informações para fazer sentido ou tomar alguma decisão, atualiza-a. Já o conhecimento é fruto de uma aprendizagem, ou seja, o resultado de uma virtualização da experiência, que por sua vez, pode ser aplicado em outras situações, atualizando-se.

Para Burke (2003, p.19) informação significa "saber o quê", e conhecimento "saber como", de modo que, "Não é preciso dizer que a distinção é relativa, dado que nossos cérebros processam tudo o que percebemos, mas a importância da elaboração e da classificação do conhecimento é um tema que se repetirá [...]."

Le Coadic (1996, p. 4) comenta que a informação é a medida da organização de um sistema, "[...] medida da organização de uma mensagem em um caso [...]", entre outros. Portanto, chamar os produtos da área de C.I de Informação e o processo de representação da informação nos parece procedente.

Já conhecimento propriamente dito, representado na linguagem, apresenta-se como proposições organizadas e sistematizadas com o princípio de seqüência, sob a forma discursiva, geralmente ligadas com os argumentos, levando sempre à aceitação das conclusões por meio das premissas dadas. O conhecimento "[...] designa um conjunto articulado e organizado de conhecimentos a partir do qual uma ciência - um sistema de relações formais e experimentais - poderá originar-se." (LE COADIC, 1996, p. 5).

Esse tipo de representação existe, e é inegável, tendo o poder de representar o conhecimento. Como já vimos, situa-se proeminentemente no signo 3º, isto é, no ambiente da linguagem verbal escrita, especialmente no discurso dissertativo argumentativo.

O símbolo para ser apreendido tem que ser traduzido, decodificado. Mas, para que isso aconteça deve haver uma lei, uma dimensão do legi-signo atuando no interior da linguagem e o hábito para incorporar conceitos.

Assim, ela diz o que realmente quer dizer, e por isso tenha se consolidado como linguagem de representação do conhecimento, pelo poder do argumento. A única linguagem que pode argumentar é a verbal escrita.⁴

Em função desse fato, Santaella (1983, p. 11) nos alerta que houve um condicionamento histórico que,

[...] nos levou à crença de que as únicas formas de conhecimento, de saber e de interpretação do mundo são aquelas veiculadas pela língua, na sua manifestação como linguagem verbal oral ou escrita. O saber analítico, que essa linguagem permite, conduziu à legitimação consensual e institucional de que esse é o saber de primeira ordem, em detrimento e relegando para uma segunda ordem todos os outros saberes, mais sensíveis, que as outras linguagens, as não-verbais, possibilitam.

Na classificação de Santaella (1996) o discurso científico, próprio das trocas simbólicas e que move a ordem bibliográfica, encontra-se no terceiro da terceiridade, isto é, no legi-signo-simbólico-argumentativo, sendo portanto um signo genuíno, onde o argumento é capaz de se revelar nas conceituações.

Já do ponto de vista do interpretante, o conhecimento está no terreno da representação, da mediação, pois,

[...] a noção peirciana dos signos verbais-convencionais (terceiros) só se explica através de operações lógicas, isto é, pela mediação de uma lei ou hábito que tem seu suporte-físico na mente humana e que leva à interligação dialética de signos objetos a signos interpretantes num processo (em espiral) *ad infinitum*. (SANTAELLA, 1996, p. 93).

Em outras palavras, Le Coadic apresenta o conhecimento do ponto de vista da recepção:

Um conhecimento é (um saber) o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto. Conhecer é ser capaz de formar a idéia de alguma coisa; é ter presente no espírito. Isso pode ir de simples identificação (conhecimento comum) à compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico.) (1996, p. 5).

Embora Le Coadic, supracitado, dê o conceito que atende o nosso propósito de argumentação, tanto para a informação, quanto ao conhecimento, enfatizando que tais conceitos compreendem a cognição e a comunicação humanas, no entanto, afirma que

⁴ Avançando nessas reflexões estamos estudando a representação da memória no ciberespaço e vislumbrando uma mudança semiótica do conhecimento em função das mídias digitais, onde o conhecimento seria representado também pelo signo sensível (imagem) como no caso das imagens médicas e por meio das simulações, refletindo uma mudança do paradigma platônico do conhecimento (inteligível) e do símbolo enquanto o único signo capaz de argumentar em função do seu poder de abstração.

informação é conhecimento, cometendo tautologia nessa afirmação, e um paradoxo aos demais conceitos formulados aqui citados.

Uma vez apresentados os conceitos iremos ilustrar os autores que afirmam que o conhecimento só existe a partir da informação.⁵ Agregado à Ciência da Informação, Barreto (2003) entende conhecimento como o conjunto de informações, acredita que o conhecimento se efetiva, e sobretudo só exista na mente do sujeito cognoscente. Uma vez tratadas as informações, essas transformam-se em estoques, passíveis de acesso pela sociedade (fluxo).

Igualmente Farradane (1980) considera o conhecimento um registro relativo à memória, um processo mental, algo disponível exclusivamente na mente. Já a informação seria a materialização do conhecimento, transformada em linguagem para comunicar o conhecimento? Parece-nos os *modems* que transformam linguagem digital em analógica (e vice-versa), sim, porque só na linguagem digital o conhecimento tem como código de base a informação binária dos dígitos 0 e 1.

Pensar no conhecimento, como e exclusivamente um processo que começa e termina na mente, ou seja, na recepção da mensagem, tais teóricos deveriam então buscar aporte teórico na Filosofia, ou na Psicologia. Para Matos (2003, p.5), a história da Filosofia epistemológica desde o período grego pode ser vista como um processo de resposta a esta pergunta: O que é conhecimento?

O racionalismo argumenta que o verdadeiro conhecimento não é produto da experiência sensorial, que existe um conhecimento a priori e estabelece a verdade absoluta em argumentos racionais. Por outro lado, o empirismo alega que não existe conhecimento a priori e que a única fonte de conhecimento é a experiência sensorial, baseada na visão intrinsecamente objetiva, mesmo quando se tem uma percepção ilusória.

Não parece apropriado que autores da C.I., que têm contato com mídias, suportes e formas tomem como conceito de conhecimento aquilo que apenas se processa na mente, esquecendo-se que esse mesmo conhecimento é externalizado (*out put*) e representado, portanto materializado em discursos, sobretudo científicos, podendo tornar-se *in put* para o sujeito cognoscente. Sem essa realidade, não teríamos análise de conteúdo, análise de discurso, análise documental e documentária, teorias hermenêuticas, entre outras.

As memórias coletivas encontram-se externalizadas e materializadas (hoje desterritorializadas, mas sempre em algum espaço de inscrição) no que implica dizer que essas representações não se tratam, tão somente, de algo etéreo como a consciência ou

⁵ Outros autores poderiam aqui ser citados, mas, devido à extensão de artigo e o tempo disponível, selecionamos os supracitados por considerá-los autores expressivos na área em que atuam.
Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, 2º número esp., 2º sem. 2006

espírito.⁶ As metáforas da memória utilizadas desde Platão até os computadores, em sua maioria técnicas, já serviriam para comprovar essa assertiva.

Resumidamente, achamos que as proposições (discursos) que se apresentam, ou representam ora como informação ora como conhecimento, podem no processo de semiose (*in put*) mudar um estado de conhecimento, gerando algo novo, assim como o conhecimento, tal como se apresenta, pode gerar novas informações, e não necessariamente ou obrigatoriamente um novo conhecimento (*out put*).

Nesse sentido, achamos pertinente essa distinção entre informação e conhecimento, tanto do ponto de vista da produção dos discursos ou representações, quanto da recepção, no momento da semiose (para os semioticistas) ou do sujeito cognoscente (ou ainda leitor, no senso comum).

Já as informações bibliográficas que são índices e referências do conhecimento podem apenas levá-lo a ele; é lógico que essa informação, descritiva, abreviada, factual e referencial mantém uma conexão dinâmica com o conhecimento, mas não é o conhecimento.

4 À GUISA DA CONCLUSÃO

Podemos dizer que o conhecimento e a informação, entendidos como expressão ou ato lingüístico, estão sujeitos a certas propriedades que os caracterizam da linguagem em geral. Então, não se pode desconsiderar essas construções simbólicas que estão organizadas sob a forma de discursos e materializadas em representações.

Assim, de acordo com a exposição de Luckesi (apud MATOS, 2003), o conhecimento e a informação não podem ser compreendidos, pois, fora dos sistemas de significação, uma vez que não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que os compõem.

Completando a argumentação, não nos parece errôneo falar em "organização do conhecimento", uma vez que existem discursos "materializados" que visam a representar o conhecimento na sociedade, passíveis de organização, arranjo etc.

De modo sumário, reconhecemos que os discursos, pela maneira como se apresentam, e sobretudo pelos objetos que neles estão representados, podem configurar-se tanto em conhecimento, quanto em informação. As apropriações desses estados e seus desdobramentos

⁶ Parece-nos um paradoxo filosófico nessa concepção. Creditar somente à mente a existência do conhecimento seria uma visão humanista, por outro lado e ao mesmo tempo, creditar somente à informação (e talvez às tecnologias) a realidade material do conhecimento (?) seria uma visão pós-moderna, que em função de suas várias vertentes, positivas e negativas, não nos interessa neste artigo desenvolvê-las.

dependem do sujeito cognitivo que os apreende.

Em recente relatório, a UNESCO afirma que o conceito de sociedade da informação não só está desatualizado, como também incorreto, ou limitado apenas às tecnologias da informação, ao passo que o conceito de sociedade do conhecimento é mais amplo e reflete o desenvolvimento individual nas esferas sociais, éticas e políticas (UNESCO, 2005).

Isso mostra-nos a necessidade de repensar e atualizar conceitos. Para os profissionais e pesquisadores da área da informação, é de extrema importância o conhecimento teórico das linguagens, manifestado em vários aportes teóricos, entre eles a Semiótica e a Filosofia da Linguagem, visando a compreender a materialidade das semióticas, e assim contemplar com mais propriedade os assuntos que envolvem o conhecimento e a informação, em especial, e as múltiplas linguagens, no geral.

Para nós, é uma grande satisfação encontrar "um espaço", dentro da área, para divulgar conceitos semióticos, mesmo que brevemente, e algumas noções gerais acerca do tema abordado.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Aldo Albuquerque. Políticas de monitoramento da informação por compressão semântica dos seus estoques. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.4, n.2, abr. 2003. Disponível em: < <http://www.dgz.org.br> > Acesso em: 20 abr. 2005.
- BROOKES, B.C. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, n. 2, p. 11- 19, 1990.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FARRADANE, J. Knowledge, information, and information science. **Journal of Information Science**, n.2, p. 75-80, 1980.
- LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na Era da Informática**. São Paulo: Ed. 34, 1993.
- MATOS, Cleusa Maria Alves De Matos. Conhecimento X informação: uma discussão necessária. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 31, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/031/31cmatos.htm>>. Acesso em: 01/04/2005.
- SANTAELLA, Lúcia. **A assinatura das coisas: Peirce e a literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- _____. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- _____. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **As três matrizes do pensamento e linguagem**: sonora, visual e verbal. São Paulo, 1999. Comunicação verbal oral (Disciplina de Doutorado ministrada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

UNESCO. **Knowledge versus information societies**: report takes stock of the difference.

Disponível em: <[http://portal.unesco.org/en/ev.php-](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=30586&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

[URL_ID=30586&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=30586&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>

Acesso em: 20 out. 2005.

Abstract

It contains, on a summarized form, the theory of signs on perciean Semiotics context. After some discussions, it shows the difference between information and knowledge, as much in the point of view of language, as of cognoscenti subject. It is evidenced, on the literature of this area, an incomplete broach of these concepts for the unfamiliarity of theoretician requirements of language. The information and the knowledge, understood as a linguistic demonstration, are submitted to some attributes that characterize and organize them, on the language point of view, however in one, however in another. It is concluded, that the knowledge phenomenon on the medias society is organized in speeches and materialized on symbolic forms, not being incorrect, therefore, to speak in a “knowledge organization”.

Keywords: Semiotics. Peirce. Information. Knowledge. Philosophy.

Originalis recebidos em: 15/06/2006.